



Rádio Peão

NENHUM DIREITO A MENOS: SINDIPETRO/MG INDICA REJEIÇÃO DE PROPOSTA DE ACT

Em reunião do Conselho Deliberativo na última terça-feira (13), a FUP e seus sindicatos avaliaram a última proposta de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) apresentada pela Petrobrás e decidiram pela rejeição. A partir desta sexta-feira (16), o Sindipetro/MG realiza assembleias com a categoria de Minas (*veja os editais com datas e horários no sindipetromg.org.br*).

As entidades sindicais entendem que a última proposta ainda insiste na retirada de direitos e tem pontos negativos para o futuro da categoria. Um deles é a vigência do ACT por apenas um ano, exatamente em um contexto de privatização de unidades da empresa.

Os dirigentes sindicais avaliam que essa “jogada” da empresa tem como objetivo deixar os petroleiros sem garantia de direitos a partir de agosto de 2020 - justamente em um período de insegurança para a categoria.

Além disso, a Petrobrás foi intransigente no processo negocial ao colocar a terceira proposta como

sendo a última e ao ameaçar os trabalhadores de retirada de direitos a partir de 31 de agosto, quando vence o atual ACT. A empresa também orientou a participação de gestores nas assembleias de modo a constranger os trabalhadores a aprovarem a proposta.

“Essas ameaças demonstram a postura da empresa diante das reivindicações da categoria, além de ser uma clara atitude antissindical”, afirmou o coordenador do Sindipetro/MG, Anselmo Braga, que participou do Conselho da FUP.

Proposta

Além da vigência do Acordo por apenas um ano, a proposta da Petrobrás também não garante a AMS a todos os trabalhadores que se aposentarem, bem como prevê o aumento da participação da categoria no custeio do plano.

Também prevê um reajuste abaixo da inflação, e o fim da gratificação de férias (que passaria a ser paga em forma de abono) e da Participação nos Lu-



DATA	GRUPOS	HORÁRIO
16/08 (sexta-feira)	G5	13h30
20/08 (terça-feira)	G1	13h30
21/08 (quarta-feira)	G2	13h30
23/08 (sexta-feira)	G4 + HA	7h30
23/08 (sexta-feira)	G3	13h30

cros e Resultados (PLR). Além disso, o texto propõe a implementação de um banco de horas (de forma a dificultar o pagamento de horas extras), reduz o valor da hora extra para 50% e diminui o Minutex para 20 minutos.

A proposta também ataca a organização sindical ao prever o fim das homologações nos sindicatos e o fim das liberações sindicais, das contribuições sindicais e da Comissão de Anistia.

Seminário de Greve

Na última segunda-feira (12), o Sindipetro/MG realizou seu primeiro Seminário de Qualificação de Greve. A categoria apresentou várias sugestões de mobilização que

serão acatadas pela direção do Sindicato, inclusive com a realização de movimentos de “esquenta para a greve” a partir das próximas semanas.

Também foi definida durante o seminário a orientação para os trabalhadores de saída de grupos e/ou a extinção de quaisquer meios de comunicação não oficiais (WhatsApp, Telegram, SMS) que estejam sendo utilizados para a transmissão instruções de trabalho.

A orientação foi repassada com respaldo do departamento jurídico do Sindicato e tem como objetivo resguardar os petroleiros de qualquer tentativa de coação, assédio e/ou punição por parte da Petrobrás.

SINDIPETRO/MG REALIZA ENCONTRO COM APOSENTADOS PARA DEBATER PLANO PETROS 1

Na última segunda-feira (12), o Sindipetro/MG realizou mais uma edição do Encontro Com Aposentados. Dessa vez, o evento contou com uma palestra do dirigente sindical e ex-conselheiro da Petros, Paulo César Martin, sobre o Plano Alternativo de Equacionamento do Plano Petros 1 (PP-1).

Ele explicou mais uma vez a atual situação do PP-1 e apresentou as alternativas propostas: o Plano Petros 3, criado unilateralmente pela Petrobrás, e a proposta alternativa construída pelo

Grupo de Trabalho (GT) da Petros - que inclui representantes da FUP, FNP, FNT-TAA (Federação dos Marítimos), Petrobrás e Petros.

O novo Plano Petros - elaborado em conjunto com os sindicatos - consiste em uma alternativa ao equacionamento, pautada no mutualismo solidário, e que mantém as mesmas características do PP-1, garantindo assim, os mesmos benefícios e a renda vitalícia. Além disso, a proposta diminui bastante o valor pago pelos participantes e assistidos a



título de equacionamento.

Ainda nesse encontro, Paulo César apresentou o simulador desse novo pla-

no. Mas, por questões de segurança, a ferramenta ainda não está disponível para consulta dos participantes.

Sindicatos entram com ação para barrar venda de refinarias

No último dia 8 de agosto, um representante da Advocacia Garcez - que atende sete sindicatos de petroleiros - esteve em Canoas (RS) para despachar o pedido de liminar da Ação Popular que busca barrar a venda das refinarias Abreu e Lima (RNest), em Pernambuco; Landulpho Alves Mataripe (RLam), na Bahia; Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná; e Alberto Pasqualini (Refap), no Rio Grande do Sul.

A ação é baseada na premissa de que há desvio de finalidade por parte da Petrobrás na possível criação de uma subsidiária de refino para possibilitar a venda das unidades. Também questiona-se a inconstitucionalidade incidental do decreto 9.188/17 - pois apesar de autorizar a privatização de estatais sem aval do Legis-



lativo e sem licitação, não respeita outros princípios constitucionais da Administração Pública.

Além disso, no despacho com o juiz, o advogado responsável pelo caso ressaltou como a privatização dessas refinarias e a criação de monopólios regionais privados pode acarretar grande prejuízo aos estados e municípios onde estão localizadas. Nesse propósito, foi juntado ao processo um parecer do professor Gilberto Bercovici, da Universidade de São Paulo (USP), e elaborado para a Advocacia Garcez.

Cade

Em outra ação, também movida pelos sindicatos por meio da Advocacia Garcez, questiona-se o acordo firmado entre a Petrobrás e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que autorizou a empresa a vender oito de suas 13 refinarias - o que representa metade da capacidade de refino do País.

Na avaliação dos sindicatos, o Cade não tem competência pra fazer esse tipo acordo com Petrobrás e, por isso, as instituições pedem a nulidade do acordo.

Sindipetro/MG apoia chapa Unidade em Defesa da Petros



O Sindipetro/MG apoia a chapa Unidade em Defesa da Petros para os Conselhos Deliberativo e Fiscal da entidade. As eleições acontecem entre 2 e 16 setembro.

No Conselho Deliberativo, a dupla apoiada é a de número 52 - Norton Cardoso (FUP/Sindipetro-NF) e André Luis Araújo Santana (FUP/Sindipetro-BA).

Já para o Conselho Fiscal, a dupla é a de número 42 - Cláudio da Costa Oliveira (Fenaspe/Aepet) e Agnelson Camillo (FNP/Sindipetro-AM/PA).

Diretoria Colegiada: Alas Castro, Alexandre Finamori, Aluizio Castro, Anselmo Braga, Carlos Roberto, Cristiane Reis, Cristiano Almeida, Edson Ferreira, Eduardo de Sousa, Felipe Pinheiro, Joaquim Monteiro, Julionor Quintela, Leopoldino Martins, Leticia Staela, Márcia Nazaré, Edna Vieira, Orlando Carlos, Osvalmir de Almeida, Paulo Valamiel, Ronaldo Marques, Salvador Cantão, Thiago Marinho, Vinicius Costa e Wender Destro.

Redação, revisão e diagramação: Thaís Mota - 15616/MG / Tiragem: 600

Av. Barbacena, 242 - Bairro Barro Preto - Belo Horizonte/MG - CEP: 30.190-130 - Tel.: (31) 2515-5555

www.sindipetro.org.br - sindipetro@sindipetro.org.br

SINDIPETRO MG
SINDICATO DOS PETROLEIROS - MINAS GERAIS - FUP/CUT